

EDUCAÇÃO FÍSICA E AIDS NA ESCOLA: SÃO NECESSÁRIOS CUIDADOS ESPECIAIS?

Walk Loureiro¹; Kenia dos Santos Francelino Loureiro²

¹PAEFE/LESEF/CEFD/UFES; ²PMG

RESUMO

O texto trata da relação (permeada de medos, expectativas, desconhecimento, mitos, preconceitos, entre outros) que os professores de EF estabelecem no desenvolvimento de sua prática pedagógica com crianças soropositivas para o HIV a partir da experiência da co-autora, que conviveu com essa situação em sua sala de aula, e das indagações de seu autor, sobre como reagiria diante de tal situação de posse das escassas informações que dispunha a respeito desse assunto. Para tanto, realizamos entrevistas com alguns professores de EF da Rede Municipal de Ensino de Guarapari, cidade localizada no Estado do Espírito Santo, para entendermos como a desinformação pode levar os professores, e não somente os de EF, a medos infundados.

Palavra chave: Educação física escolar. Aids. Escola.

INTRODUÇÃO

O estudo do trabalho da comunidade escolar com alunos soropositivos para o HIV⁸ foi motivado por questões muito pessoais que nos moveram. Trata-se do primeiro contato da co-autora – professora regente de classe de turmas do primeiro e segundo ciclos do Ensino Fundamental de uma escola da Rede Municipal de Ensino de Guarapari, cidade situada no Estado do Espírito Santo – com alunos declaradamente doentes de AIDS em sua sala de aula e a preocupação inicial do autor – atualmente aluno da graduação em Educação Física (EF) e voluntário do Programa de Iniciação Científica (PIVIC/CNPq/UFES) – em entender como se daria sua futura intervenção pedagógica no caso de vir a se deparar com alunos portadores do HIV no seu trabalho docente.

A preocupação inicial que tivemos foi com o pânico instalado na referida escola devido ao medo dos professores em se contaminar e de ocorrer a transmissão do vírus HIV para outras crianças sorodiscordantes que, de acordo com a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA, 1993, p.8), não foi exclusividade daquela instituição pois

[...] marcada pelo estigma do medo e do preconceito, a AIDS parece ter o poder de substituir nossa inteligência pelo pânico, e nosso conhecimento pelo obscurantismo, o que faz com que muitos de nossos educadores se recusem até mesmo a pensar na hipótese de conviver nas escolas com pessoas que têm HIV ou que já tenham a saúde abalada pela multiplicação do vírus no organismo. Consequentemente, a presença de crianças com HIV nas escolas tem provocado crises compreensíveis, porém desnecessárias e perigosas [...].

Percebemos que o maior receio para se trabalhar com essas crianças vem dos professores de EF que, por lidarem com atividades que envolvem movimento e devido à recorrência de alguns acidentes que acabam por vezes gerando cortes com sangramento em suas aulas, sentem-se totalmente despreparados e desprotegidos. Devido à complexidade e a desinformação sobre esse tema centramos nossos esforços na busca de conhecimentos que pudessem dar repostas as dúvidas e receios apresentados, principalmente pelo professor de EF que inicialmente, de posse da pouca quantidade e qualidade de informação que dispúnhamos, nos parecia ser aquele que estaria, dentre todos os demais

⁸ Sabemos que a sigla HIV significa Vírus da Imunodeficiência Humana enquanto que AIDS significa Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida. Deficiência imunológica pelo sistema imunológico ser impedido de funcionar e síndrome por ser um grupo de sintomas ou doenças com uma só causa originária: o vírus HIV (BERER, 1997). No entanto, apesar de seus significados distintos não vamos ficar diferenciado-os em nosso trabalho chegando até mesmo, em alguns momentos, a usar essas duas expressões como sinônimas para fins didáticos.

membros do corpo docente da escola, mais exposto ao risco de se tornar outra pessoa acometida pela AIDS.

Apresentadas algumas questões que inspiraram nossos estudos traremos nesse texto as conclusões parciais que chegamos em relação ao trabalho dos professores de EF com alunos soropositivos para o HIV, analisando as entrevistas que foram concedidas pelos docentes dessa especialidade da Rede Municipal de Ensino de Guarapari. Baseados na literatura que tivemos contato esperamos dirimir dúvidas, espantar medos, destruir preconceitos dos quais nós professores somos, muitas vezes sem perceber, reprodutores antes de termos acesso às informações que nos tornem capazes de superar o desconhecimento a respeito desse tema.

DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

Optamos em utilizar a entrevista como opção metodológica para concretização dessa pesquisa, por acreditarmos que esse instrumento pode, se bem trabalhado, romper com a lógica da relação sujeito-objeto e todo o distanciamento que essa postura possa gerar entre sujeito pesquisado e o sujeito pesquisador.

Garcia (2003) nos apresenta um importante cuidado que precisávamos ter no trato com as pessoas que viessem a compor nossa amostra e que diminuiu sensivelmente o risco de que gerássemos um distanciamento em relação a elas. Trata-se de não enxergá-las como meras executoras que agem, certo ou errado, isoladamente nas situações investigadas, sendo fundamental para tanto considerá-las enquanto sujeitos ao invés de objetos de estudo pois, segundo essa autora,

[...] **O objeto está lá a ser investigado e nós o reconhecemos como sujeito**, o que faz toda a diferença. A pesquisa para nós se dá pondo-nos em **diálogo com o sujeito a ser pesquisado. Sujeito, não objeto**. Sujeito que pesquisa (nós), sujeito que é pesquisado (as professoras), sujeitos ambos que, no processo de pesquisa, põem-se a pesquisar a sua própria prática [...] (GARCIA, 2003, p. 13, grifo nosso)

Foi em busca do diálogo com os professores de EF da Rede Municipal de Ensino de Guarapari que deliberadamente optamos por nos lançar, utilizando-nos das entrevistas. Como se tratam de sujeitos autônomos, diferentes, com histórias de vida e expectativas igualmente distintas, nos utilizamos da entrevista semi-estruturada por ela para nos oferecer um norte investigativo, especialmente por essa metodologia permitir que no transcorrer das mesmas pudéssemos inferir novas e importantes questões que até aquele momento não tinham vindo à tona ainda.

AMOSTRAS

Foram selecionados 8 professores regentes de classe na área de EF, dentre os 33 existentes nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Guarapari. É importante ressaltar que, por se tratar de um município de dimensões territoriais grandes e que apresenta como característica uma maior parcela da população localizada na área urbana e uma outra menor na área rural, as escolas municipais da Rede são subdivididas pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) em escolas da área urbana e escolas da área rural. Por não existirem professores de EF nestas últimas focamos nosso estudo nas primeiras que são contabilizadas em número de cinquenta e uma escolas e dez creches municipais, sendo que apenas em vinte dessas escolas⁹ existe a figura do professor de EF.

De forma a compor nossa amostra de uma forma bastante abrangente e que respeitasse as particularidades das escolas da área urbana escolhemos 1 professor de EF que ainda estava cursando o ensino superior, 1 que já possuía mais de quinze anos de profissão, 2 que não possuíam formação em curso superior de EF, 2 que fossem recém formados com menos de 5 anos de profissão e 2 fossem formados entre 5 e 15 anos e que apresentassem 5 ou mais anos de profissão, contabilizando o total de 8. Levando-se também em consideração a diferenciação por gênero, 4 deles eram homens e 4 mulheres. Adotamos esses critérios para verificar se o tempo de formação e a diferenciação por gênero

⁹ Como apenas nessas escolas existiam professores de EF esse número significou o universo donde retiraríamos a amostra para a concretização de nosso estudo.

traria diferenças significativas nos resultados de nosso estudo. Infelizmente 2 deles (1 homem entre 5 e 15 anos de formado e mais de 5 de profissão e uma mulher com mais de 15 anos de profissão) desistiram de participar do estudo alegando falta de tempo para dar uma entrevista sequer.

Ao contrário do que imaginávamos inicialmente, talvez pela ausência de informações mais consistentes a respeito da AIDS que possam subsidiar o trabalho do professor na escola, não notamos grandes diferenças nos relatos desses profissionais que pudesse justificar a diferenciação nesse texto dos docentes com ou sem formação em curso superior de EF ou até mesmo distingui-los entre professores com poucos ou mais anos de prática docente em EF, tampouco por gênero.

PROCOLOS UTILIZADOS

Acreditamos que, apesar da entrevista consistir numa boa metodologia qualitativa para coleta de informações, fica um tanto o quanto impessoal apresentar as opiniões e pensamentos obtidos em sua realização identificando os sujeitos pesquisados, como ocorre costumeiramente, como: “o Professor 1 disse”; “o Professor 2 pensa que”, ou até mesmo, como já vimos, atribuindo nome de flores, aves ou de personalidades aos entrevistados. Para minimizar esse traço de impessoalidade, solicitamos que cada um dos professores de EF escolhesse um nome para ser identificado, conferindo e vetando essa escolha nos casos em que ocorresse a existência de algum professor/a dessa mesma disciplina que possuísse nome igual na Rede, resguardando-lhes assim total anonimato de cada identidade.

Conforme apontamos no campo Descrição Metodológica construímos nosso roteiro de entrevistas com perguntas pré-definidas e que totalizaram o número de quinze. Por vezes alguns questionamentos eram refeitos, dando-se ênfase em algum ponto que nossos interlocutores hesitaram em responder ou dos quais entendemos que eles simplesmente se esquivaram. Também fazíamos novas e importantes perguntas no momento do diálogo traçado com os entrevistados, de acordo com as respostas que nos eram apresentadas. Por causa dessa dinâmica podemos afirmar que nenhuma das 6 entrevistas realizadas foi igual a qualquer uma das outras no que se refere a totalidade e a profundidade das questões levantadas.

DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

É importante destacar, antes de qualquer outra coisa, que nossa pesquisa não se resume a um superficial diagnóstico da realidade, com o objetivo de operar com a lógica do “denuncismo”, procedendo a crítica fácil e vazia da prática realizada pelos professores de EF, sem se preocupar com a alimentação de novos saberes a esses sujeitos e, principalmente, não trazendo nenhuma possibilidade de reflexão desses indivíduos sobre a prática que estão realizando.

Com intuito de dar um retorno aos professores de EF – tanto com aqueles que se dispuseram a participar da pesquisa, quanto com os que desistiram ou que não foram selecionados para a entrevista – assumimos antecipadamente com a SEMED o compromisso de trazeremos um relatório com algumas conclusões que alcançamos em nosso estudo, além de solicitarmos um momento de reflexão com os docentes dessa disciplina num encontro destinado exclusivamente para a formação desses professores,¹⁰ sem qualquer ônus para essa secretaria.

De forma a apresentarmos o pensamento geral dos professores de EF entrevistados, separamos suas falas em categorias (surgidas após a realização das entrevistas), apresentando em nosso texto as

¹⁰ A pré-disposição em realizar um encontro com todos os professores de EF que se sintam interessados por essa temática foi motivado pela inexistência de uma política de formação continuada para os professores da Rede Municipal de Ensino de Guarapari. Esse momento de formação, a ser realizado no semestre corrente, contará com a participação de professores que trabalham e/ou trabalharam com alunos HIV positivos não só nas escolas investigadas. Esperamos refletir coletivamente entre a prática que idealizamos e aquela que é possível de ser realizada com base nas informações que construímos ao confrontar teoria e prática, (re)construindo e consolidando conhecimentos mais novos ainda a respeito da prática docente com alunos doentes de aids. Desejamos que este seja o primeiro de muitos encontros e que ele desperte esses sujeitos para a importância da formação continuada em sua prática pedagógica.

que consideramos mais pertinentes para esse estudo.¹¹ Sempre que necessário utilizaremos trechos das entrevistas transcritas, mas não sem antes apresentarmos o diagnóstico que fizemos na Rede Municipal de Guarapari com o corpo diretivo de algumas escolas.

- Inexistência de legislação ou parecer específico no Município para orientar e/ou garantir direitos aos alunos acometidos pela AIDS:

Para escolhermos os sujeitos que iriam compor nossa amostra procedemos a visita sistemática a doze das vinte escolas que compunham nosso universo. Conversávamos com a direção/coordenação da escola explicando a finalidade de nosso estudo, apresentando o documento de autorização assinado pela SEMED para realizá-lo e pedíamos informações sobre os professores de EF (idade, se é formado em EF, se sim a quanto tempo, tempo de profissão, entre outros). Também aproveitamos esse momento para verificar se havia a incidência de casos declarados de soropositividade entre alunos, a existência de alguma legislação ou até mesmo um parecer da SEMED que orientasse ou garantisse direitos aos alunos que porventura fossem portadores do vírus HIV e o nível de conhecimento do corpo diretivo da escola a respeito desse assunto.¹²

Nos foi revelada a inexistência de qualquer espécie de orientação a ser dada aos alunos e seus familiares no caso da existência de alunos com AIDS. Quanto ao conhecimento sobre o tema muitos foram os diretores/coordenadores que informaram-nos que não sabiam de legislações, portarias ou pareceres específicos aos soropositivos, mas que acreditavam que se aplicava a eles os mesmos direito às crianças Portadoras de Necessidades Educativas Especiais (PNEE)¹³ e que jamais haviam parado para pensar sobre esse assunto. Com relação a existência de qualquer aluno HIV positivo em sua escola todos afirmaram desconhecer.

A diretora da única escola da Rede que possui atualmente alunos sabidamente doentes de AIDS no município nos relatou uma situação absurda que aconteceu com essas crianças na instituição onde eles haviam estudado antes. De alguma maneira a comunidade onde os pais dessas crianças – também doentes de AIDS – residiam ficou sabendo do estado sorológico da família e passou a se mobilizar para retirar essas crianças da escola, tamanhos eram o medo e a desinformação. Tal como deve ser a direção da instituição anterior não cedeu às pressões, garantindo o direito de “igualdade de condições para [...] permanência na escola” expresso no artigo 206, inciso I de nossa Constituição (BRASIL, 1988).

Apesar da direção tomar atitudes corretas para a garantia do direito dessas crianças, o desconforto criado com essa situação foi tão grande que a mãe delas optou por transferi-las para outra instituição, que é exatamente aquela em que eles se encontram atualmente, sem maiores problemas de preconceito ou discriminação a pelo menos 3 anos. Ao ser alertada pela família sobre o estado de saúde desses alunos e sobre a discriminação sofrida na escola anterior a diretora teve a sensibilidade e a preocupação em conversar com todos os professores e demais funcionários de sua escola sobre condição e história desses alunos, além de trazer profissionais da saúde para dirimir dúvidas sobre transmissão, prevenção, entre outros.

A nosso ver essa decisão foi acertada, apesar de contrariar o artigo primeiro, inciso IV da Portaria Interministerial número 796 de 1992 que nos traz como recomendação que “A divulgação de diagnóstico de infecção pelo HIV ou de AIDS de que tenha conhecimento qualquer pessoa da comunidade escolar, entre alunos, professores ou funcionários, não deve ser feita” (BRASIL, 1992). Entendemos que a diretora percebeu que poderiam ser impostas novas privações de direitos a essas

¹¹ Infelizmente por falta de espaço não poderemos apresentar todas as reflexões que fizemos até o presente momento, o que nos obriga a priorizar algumas das muitas informações obtidas com os sujeitos entrevistados. No entanto, assumimos o compromisso de fazer novas reflexões com os dados colhidos em oportunidades como essa, suscitando novas reflexões sobre o tema.

¹² Como acreditamos que o papel do pesquisador não se resume a investigar uma situação sem o compromisso de intervir na realidade visando melhorá-la, estamos apresentando, no relatório final de pesquisa que estamos encaminhando à SEMED, uma orientação para a criação de um parecer dedicado à comunidade escolar que reafirme os direitos já garantidos a esses alunos, além de avançar em outros importantes pontos.

¹³ Pretendemos trazer no Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, a ser realizado em setembro de 2007, na cidade de Recife, algumas reflexões que possam contribuir com essa discussão e que acabe com a confusão de considerar todos alunos soropositivos para o HIV como um PNEE, classificação essa que só deve ser feita a esses alunos em casos muito particulares.

crianças e, portanto, decidiu preparar o corpo docente daquela instituição para enfrentar o problema de frente, tanto internamente, com o apaziguamento de medos infundados, quanto externamente, através do esclarecimento de dúvidas principalmente dos pais, haja vista que a nova escola ficava relativamente próxima da anterior, fato esse que poderia originar uma nova série de boatos e medos infundados e falsos entre os membros dessa comunidade escolar, especialmente os pais dos alunos não contaminados pelo HIV.¹⁴

- Descrença na possibilidade da existência de alunos soropositivos para o HIV na escola:

Como tivemos oportunidade de apresentar na introdução, nosso trabalho surgiu de um caso concreto de aluno com HIV em uma instituição escolar do município de Guarapari. É importante relatar, no entanto, que durante as sondagens que fizemos nas escolas com professores de EF, percebemos que na instituição que inspirou nosso trabalho não era de conhecimento de todos os professores de EF (e das demais disciplinas) a existência desse aluno, apesar da autorização de ciência deste fato dada pela família à direção da escola.¹⁵

Uma característica interessante em boa parte dos relatos é o de se negar a possibilidade da existência de alunos com o vírus HIV ou mesmo doentes de AIDS dentro das escolas. Como nos relatou o professor Jeferson, ao tratar da dificuldade de lidar com esse aluno, “[...] Nós não convivemos com esse tipo de aluno, então a dificuldade de adaptação é a convivência, é a vivência da realidade e hoje nós não temos essa realidade na escola [...].”

Sabemos que devemos encarar com naturalidade a existência de pessoas com AIDS em nosso ambiente, uma vez que essa doença não é transmitida pelo convívio social e somente pela troca de sangue ou sêmen contaminados e porque ela não está tão distante de nós como imaginamos. Até “[...] Mesmo porque se essa neurose pegar nós vamos nos fechar dentro de casa. Porque quando nós vamos aos clubes, ao cinema, a um restaurante ou a um bar, certamente vocês podem apostar que pelo menos nas últimas 48 horas alguém passou por ali com o vírus HIV” (NEGRA, 1993, p. 45).

- Mudança na forma de dar as aulas ao saber da existência de alunos com HIV na escola:

De uma forma quase unânime todos os entrevistados afirmaram acreditar não haver problemas ou qualquer espécie de preconceito se por acaso eles vierem a trabalhar com alunos soropositivos para o HIV. No entanto, ao questioná-los se haveria alguma mudança em suas aulas ao perceberem que existe o risco de algum aluno com HIV se cortar, as respostas caminham numa direção diametralmente oposta, passando pela mudança de conteúdo e chegando, até mesmo, a sua exclusão de maneira “disfarçada” desse estudante da atividade proposta.

Perguntamos para a professora Natália que se ela soubesse que seu aluno com HIV corria o risco de se cortar em alguma atividade que necessitasse de um contato corporal maior se ela a daria mesmo assim e o porquê, tendo nos respondido que não faria, “Porque eu preciso prevenir e também muito mais o meu aluno com o HIV. Não tem que se expor, pra que, não é? Não tem necessidade. [...] e se eu provocasse alguma coisa a consequência amanhã ou depois é muito maior, e eu acho que não tem necessidade disso aí”.

O professor Alberto, que é o único dos entrevistados que já trabalhou com alunos portadores do HIV, nos relatou que ele adaptava a atividade pensando em minimizar o risco de contaminar outros alunos. Outros professores chegaram a comentar que em situações extremas, onde eles percebessem

¹⁴ É importante observar que a direção da escola assumiu um risco revelando aos funcionários da escola a soropositividade desses alunos, pois sabemos que a condição sorológica de estudantes e professores com aids não deve ser revelada para pais e alunos, nem mesmo, para professores e demais funcionários, exceto com autorização da família ao entender que essas pessoas possam garantir cuidados especiais quando necessários, pois como prevê o artigo 325 de nosso Código Penal “É crime, revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação” tendo como “Pena – detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave” (BRASIL, 1940).

¹⁵ Este fato nos faz pensar em duas hipóteses possíveis: ou a comunidade escolar compreendeu que não existem riscos para professores e alunos, aceitando com naturalidade a condição desses alunos ou, simplesmente, o trabalho foi paulatinamente abandonado chegando ao ponto em que os professores de EF que estavam a menos de três anos naquela instituição não tinham conhecimento da situação. Ao que tudo indica a segunda hipótese é a mais provável.

grande risco pela participação desses alunos na dinâmica de aula, esses estudantes seriam convidados a participar como juízes ou auxiliares das atividades.

Entendemos que essa preocupação é infundada pois de acordo com a ABIA “[...] a integração de crianças e adultos que têm HIV/AIDS nas salas de aula e nas atividades recreativas ou esportivas, assim como o convívio e as brincadeiras destas crianças com outras, não representam uma ameaça para a saúde no meio escolar, nem implicam em transtornos para a rotina educacional [...]” (1993, p. 8). Sabemos que a possibilidade de dois estudantes, um soropositivo para o HIV e outro negativo, se cortarem profundamente com profusão de sangue, a ponto de haver qualquer contato mútuo entre esses líquidos corporais para o primeiro contaminar o segundo é irrisória. Afinal, os alunos estão constantemente sob a supervisão de adultos na escola, o que pode gerar um atendimento mais rápido no caso de necessidade e, principalmente, porque eles estão indo à escola e não a uma batalha campal para um episódio de tamanha magnitude ocorrer.

A classe médica, já faz algum tempo, se pronunciou como favorável a convivência dos alunos com AIDS com os demais alunos na escola justamente por não se apresentar nenhum risco para as crianças sem AIDS como para as crianças HIV positivo. Perguntado se crianças e adolescentes contaminadas com o vírus HIV podem participar das aulas de EF, o médico Caio Rosenthal (1992) respondeu que elas podem e devem, reafirmando nossos argumentos.

- A parceria com profissionais da saúde em palestras sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's):

Conforme já tivemos oportunidade de apontar em outro trabalho (LOUREIRO; LOUREIRO, 2006), uma atitude muito comum tomada pelas escolas que abordam as DST é a organização de numerosas palestras que muitas vezes “[...] constituem a primeira opção da direção, justamente por se adequar à estrutura historicamente autoritária do nosso sistema de ensino: hierarquizado, compartimentalizado e conteudista” (PINTO, 2000, p.85). No entanto, por maior boa vontade que se possa ter ao convidar profissionais de saúde para essas explicações, não devemos esquecer que eles são estranhos ao cotidiano escolar e ao dia-a-dia dos estudantes.

Nas recomendações dadas pela ABIA (1993, p. 24) para o trabalho com alunos, pais e demais funcionários da escola que porventura sejam contaminados com esse vírus, e que corroboram com boa parte dessas observações que fizemos, encontramos que

[...] Campanhas isoladas, projeções de vídeos e palestras podem ajudar, mas dificilmente serão suficientes para levar as pessoas à adoção de comportamentos que ajudem a conter a epidemia. A AIDS trouxe um novo desafio para a nossa sociedade, um desafio que deve ser enfrentado coletivamente, pois o que está em discussão não é o comportamento de uma ou de outra pessoa. O que está em pauta são realidades sociais e culturais que determinam nosso comportamento e que exigem tempo para sua transformação (ABIA, 1993, p. 24).

Como forma de contribuir com esse processo de transformação trazemos Pérez Gómez (1998) em nosso auxílio para esclarecer ser equivocada a forma que definimos os conhecimentos a serem passados para os alunos na escola, pois o comum é que se estabeleça os conteúdos sem contar com a participação do alunado, para só depois tentarmos despertar neles o interesse de uma maneira motivadora. Ainda segundo Pérez Gómez o erro consiste em partirmos de uma falsa ideia de que a cultura acadêmica deva se justapor ao conhecimento prévio do aluno, sem nem ao menos se levar em conta o que ele normalmente já dispõe de informações (obtidas por outros meios como a televisão e a internet) e que apresentam maiores atratividade e poder do que uma escola que não se preocupa em “lapidar” aquilo que eles muitas vezes já sabem.

Para obtermos sucesso com uma educação que também possa propiciar às crianças, adolescentes e jovens uma vivência de sua sexualidade de forma segura, onde se possa evitar o acréscimo de outros casos de contaminação pelo vírus HIV precisamos transformar as “[...] pré-concepções do aluno (a) a partir do conhecimento de seu estado de desenvolvimento, suas preocupações e seus propósitos. O objetivo imediato não é a aquisição da cultura adulta mas a reconstrução, em alguma medida sempre incerta, das pré-concepções vulgares do aluno/a” (PÉREZ GOMÉZ, 1998, p. 62).

É necessário que o professor reconheça, de uma vez por todas, que a escola não é mais, e talvez nunca tenha sido de verdade, o único espaço destinado a apreensão de novos e importantes conhecimentos para a vida em sociedade, apesar de todo o *status* atribuído a essa instituição até bem pouco tempo atrás. Contudo, é importante que os educadores assumam que a escola é um local importantíssimo para a alimentação de informações fundamentais e cientificamente válidas para o desenvolvimento de seu público. Em outras palavras é preciso que o professor parta para sua função que é, a nosso ver,

[...] facilitar a participação de todos e cada um no fórum de trocas simbólicas em que a aula deve transformar-se; oferecer instrumentos culturais de maior potencialidade explicativa (que enriqueçam o debate) e provocar a reflexão sobre as próprias trocas e suas consequências para o conhecimento e para a ação (PÉREZ GOMÉZ, 1998, p. 65)

Conclusão:

É necessário que as Secretarias de Educação zelem pelo cumprimento da legislação existente de forma a garantir os direitos das crianças e adolescentes com AIDS na instituição escolar e que se avance na garantia de novos e importantes direitos a essas pessoas. Não é porque não sabemos da incidência de casos de alunos, professores, demais funcionários da escola e/ou pais de alunos HIV positivos frequentando o ambiente escolar que eles não existem, e é por isso que precisamos garantir o direito à privacidade e o acesso a cuidados especiais quando requeridos.

Cuidados especiais e modificações na forma de dar as aulas para alunos de uma turma em que saibamos a existência de algum portador do vírus HIV não se justificam, a menos que seja feita alguma recomendação médica quanto a impossibilidade desse estudante executar determinadas atividades que envolvam uma maior capacidade física. Recomendamos que sejam adotados pelos professores as mesmas normas internacionais de saúde e segurança que seriam tomadas no caso de algum aluno se ferir (prestar os primeiros socorros evitando o contato direto com o sangue de qualquer que seja a pessoa), estancando pequenas feridas com um chumaço de algodão e a utilização de luvas cirúrgicas no caso de sangramentos maiores, com posterior encaminhamento para uma pessoa capacitada para dar o atendimento adequado, revelando assim a importância de que todos os professores cobrem da direção da escola a existência de *kit's* básicos de primeiros socorros para o caso da necessidade de seu uso em alguma emergência.

Quanto a realização de palestras sobre DST's feitas por profissionais da área de saúde estranhos ao ambiente escolar, defendemos que essa seja apenas uma das diversas medidas adotadas pelas escolas, mas nunca mais importante do que o bate-papo consistente e sincero com os professores da escola, pois são eles que acreditamos poder alcançar melhores resultados devido a confiança atribuída pela criança a algumas dessas pessoas (OLIVEIRA, 2000), principalmente se os docentes partirem dos conhecimentos prévios já existentes e em constante transformação devido a ação de outros canais de informação para além da escola.

Por fim, faz-se necessário ampliar essa discussão, tarefa que assumimos a obrigação de cumprir parcialmente. Contudo, somente nossa iniciativa não basta. É preciso que professores (não só os de EF), direção e Secretarias de Educação dialoguem entre si e com os alunos sobre a AIDS na escola, que busquem novos conhecimentos, que resgatem informações perdidas (mas não ultrapassadas a respeito do tema), que procedam críticas a respeito desse estudo contribuindo com um debate que não deve ser abandonado e que, acima de tudo, reconheçam crianças, adolescentes e jovens estudantes como detentores de uma série de informações que precisam ser reconstruídas, visando a modificação de comportamentos e a promoção da consciência, tornando-os capazes de adotarem atos seguros em relação a própria sexualidade.

REFERÊNCIAS:

- ABIA. **A Aids na escola: nem indiferença nem discriminação**. Rio de Janeiro: ABIA, 1993.
- BERER, M. **Mulheres e HIV/AIDS**. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- BRASIL. **Código Penal** (1940). Decreto-Lei nº.2.848, de 7 de dezembro de 1940, 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm>. Acesso em: 20 jan. 2007.
- _____. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. Portaria Interministerial nº 769, de 29 de maio de 1992. In: ABIA. **A Aids na escola: nem indiferença nem discriminação**. Rio de Janeiro: ABIA, p. 12. 1993.
- GARCIA, R. L. Tentando compreender a complexidade do cotidiano. In: GARCIA, Regina Leite. (Org.). **Método: pesquisa com o cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 9-16. 2003.
- LOUREIRO, W.; LOUREIRO, K. dos S. F. Reflexões a cerca do avanço da epidemia de aids/HIV na escola e as primeiras questões sobre a situação do professor de educação física. In: CONGRESSO GOIANO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 5.; CONGRESSO CENTRO OESTE DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2., 2006, Goiânia. **Anais...** Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2006. 1 CD-ROM.
- NEGRA, M. D. Entrevista concedida ao Caderno Sinpro, jun. 1992. In: ABIA. **A Aids na escola: nem indiferença nem discriminação**. Rio de Janeiro: ABIA, p. 44-45. 1993.
- OLIVEIRA, C. C. Trabalhando perdas na escola: luto, ausência e outras perdas. In: PINTO, Teresinha; TELLES, Izabel da Silva (Org.). **Aids e escola: reflexões e propostas do EDUCAIDS**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 51-62.
- PÉREZ GÓMEZ, A. I. A Aprendizagem escolar: da didática operatória à reconstrução da cultura em sala de aula. In: SACRISTÁN, J. G.; _____. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998. p. 53-65.
- PINTO, C. R. P. Por um modelo libertador. In: PINTO, T.; TELLES, I. da S. (Org.). **Aids e escola: reflexões e propostas do EDUCAIDS**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 51-62.
- ROSENTHAL, C. A Escola não deve temer o convívio com portadores do vírus da aids?. **Nova Escola**, Brasília, v. 7, n. 59, p.22-25, ago. 1992. Entrevista concedida a Ana Sanchez pelo médico especialista no tratamento de doentes com aids do Hospital Emílio Ribas.